

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
3329048120211217234007

Processo 0828352-54.2021.8.23.0010 ☆ - (70 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Selos:

Informações Gerais	Informações Adicionais	Partes	Movimentações	Apensamentos (0)	Vínculos (0)
<div>Realces</div> <div><div>Realçar Movimentos de:</div><div><input type="checkbox"/> Magistrado<input type="checkbox"/> Servidor<input type="checkbox"/> Advogado<input type="checkbox"/> Membro MP<input type="checkbox"/> Defensor<input type="checkbox"/> Procurador<input type="checkbox"/> Outros<input type="checkbox"/> Audiência</div></div> <div><div>Ocultar Movimentos:</div><div><input type="checkbox"/> Inválidos<input type="checkbox"/> Sem Arquivo<input type="checkbox"/> Hab. Provisória</div></div>					
<div>Filtros</div> <div><div>Movimentado Por:</div><div><input type="checkbox"/> Advogado<input type="checkbox"/> Advogado NPJ<input type="checkbox"/> Entidades Remessa<input type="checkbox"/> Magistrado<input type="checkbox"/> Procurador<input type="checkbox"/> Servidor</div></div> <div><div>Sequencial(Intervalo):</div><div><input type="text"/> ao <input type="text"/></div><div><div>Data do Movimento(Período):</div><div><input type="text"/> à <input type="text"/></div></div></div> <div><div>Descrição:</div><div><input type="text"/></div></div>					
23 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 23 <div>500 por pág. 1</div>					
Seq.	Data	Evento	Movimentado Por		
<input type="checkbox"/>	23	17/12/2021 23:40:07	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE		
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (06/12/2021)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador		
23.1 Arquivo: Petição		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2840397PETICAODEQUESITOS01.pdf Público		
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de TANIA GONÇALVES DA SILVA) em 16/12/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 18) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (06/12/2021) e ao evento de expedição seq. 20.	SISTEMA CNJ		
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 14/12/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 18) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (06/12/2021) e ao evento de expedição seq. 19.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador		
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de TANIA GONÇALVES DA SILVA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 18) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (06/12/2021)	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA Analista Judiciário		
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 18) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (06/12/2021)	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA Analista Judiciário		
<input type="checkbox"/>	18	06/12/2021 14:51:50	JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO		
		HABILITAÇÃO PROVISÓRIA Perito Oficial: NYMPHA CARMEN AKEL THOMAZ SALOMAO habilitado até 16/03/2022 (100 dias)	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA Analista Judiciário		
		DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A Referente ao prazo para cumprimento da Citação (Seq. de expedição 8).	SISTEMA CNJ		
<input type="checkbox"/>	15	17/11/2021 18:16:43	JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO		
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (14/10/2021)	Thiago Amorim Dos Santos Advogado		
		JUNTADA DE PETIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO	Thiago Amorim Dos Santos		



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08283525420218230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **TANIA GONCALVES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 15 de dezembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

DIEGO PAULI
858 - OAB/RR